



ATIVIDADES DE TREINO

Direitos Sociais

Profº Líbero Filho





SUMÁRIO

ATIVIDADE

3

Questão 1

3

Questão 2

3

Questão 3

4

GABARITO

5

Questão 1

5

Questão 2

5

Questão 3

7



ATIVIDADE

Questão 1

(Questão autoral - profº. Libero) O ordenamento jurídico pátrio inaugurado pela Constituição Federal de 1988 é marcado pela junção de características liberais com sociais, o que implica no chamado Capitalismo Social. Nesse sentido, o texto federal prevê, entre suas diversas normas, um leque ampliado de direitos sociais, como a saúde e a educação.

Em uma discussão acadêmica sobre a amplitude do tema surgiu uma dúvida sobre a possibilidade do poder público prestar algum tipo de auxílio para pessoas em condição de insuficiência que não tenham contribuído anteriormente para com os órgãos públicos.

Sobre o tema, responda corretamente os questionamentos a seguir:

A) O poder público tem obrigação constitucional de instituir um programa de transferência de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social? (Valor: 0,60)

B) É possível a aplicação dos direitos sociais do trabalho no âmbito dos servidores públicos? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(FGV - 2018 - TJ-SC - Oficial da Infância e Juventude - ADAPTADA) Maria, pessoa que vive nas ruas por não ter moradia ou mesmo renda própria, foi informada de que a ordem constitucional brasileira considerava a habitação um direito social. Esperançosa, Maria requereu à Secretaria Municipal de Habitação que lhe fornecesse uma casa para morar.

O requerimento, no entanto, foi indeferido sob os argumentos de que a lei municipal não regulamentará a forma pela qual o referido direito social seria fruído, bem como por inexistirem recursos para oferecê-lo. Acresça-se que essas duas informações eram verdadeiras.

Diante do caso apresentado, responda aos questionamentos a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e apresentando a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) Quais argumentos jurídico-constitucionais que justificam a impossibilidade da fruição do direito social pleiteado administrativamente? (Valor: 0,80)

B) Como advogado de Maria, qual princípio constitucional poderia ser alegado para fundamentar o pleito de sua cliente judicialmente? (Valor: 0,45)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



Questão 3

(XVI EXAME - QUESTÃO 1) Uma entidade de classe de servidores públicos ajuizou mandado de segurança coletivo contra decisão do Diretor Geral de um dado órgão público federal. Alegou que a decisão administrativa por ele proferida deixou de considerar direitos consolidados de uma das categorias que representa. O Diretor Geral informou ao seu advogado reconhecer que a questão sobre a existência ou não do direito em discussão envolvia grande complexidade jurídica. Esclareceu, ainda, que, apesar de alguns órgãos públicos aplicarem o direito almejado pelo impetrante, a maior parte não o reconhecia. Diante do relato acima, responda aos itens a seguir.

A) No caso em questão, havendo dúvidas quanto à certeza em matéria de direito, é possível movimentar o Poder Judiciário pela via do mandado de segurança? Justifique. (Valor: 0,75)

B) A entidade de classe em questão possui legitimidade para impetrar o mandado de segurança coletivo, ainda que a pretensão veiculada diga respeito a apenas uma parte da categoria que representa? Justifique. (Valor: 0,50)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

**GABARITO****Questão 1**

A) Sim. É direito de todo brasileiro que esteja em situação de vulnerabilidade social o acesso a uma renda básica familiar, mediante programa permanente de transferência de renda garantido pelo Poder Público, conforme o Art. 6º, Parágrafo Único, da CRFB/88.

B) Sim. O Art. 39, § 3º, da CRFB/88 prevê diversos direitos sociais do trabalho que são aplicados aos servidores ocupantes de cargo público, conforme o Art. 7º, da CRFB/88.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Sim. É direito de todo brasileiro que esteja em situação de vulnerabilidade social o acesso a uma renda básica familiar, mediante programa permanente de transferência de renda garantido pelo Poder Público (0,50), conforme o Art. 6º, Parágrafo Único, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,50/0,60	
B) Sim. Existem diversos diversos direitos sociais do trabalho que são aplicados aos servidores ocupantes de cargo público (0,45), conforme o Art. 39, § 3º, da CRFB/88 (0,10) e o Art. 7º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,45/0,55/ 0,65	

**Palavra-chave (procure no índice)**

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Arts. 6º a 11, da CRFB/88 - Direitos sociais

SERVIDOR PÚBLICO: Art. 39, § 3º, da CRFB/88 - Adicional noturno

Questão 2

A) A impossibilidade de fruição do respectivo direito social é justificada por este direito estar previsto em uma norma de eficácia limitada de princípio programático, isto é, que depende da atuação do legislador infraconstitucional através da implementação de programas que efetivem o direito previsto constitucionalmente. Nesse sentido, o art. 23, inciso IX, da CRFB/88, determina ser competência dos entes estatais a promoção de programas de construção de moradias. Ademais, a inexistência de



recursos para oferecer o direito à moradia se fundamenta no princípio da Reserva do Possível, segundo o qual o Estado deve agir de acordo com o limite financeiro definido nas leis orçamentárias, já que os recursos são esgotáveis.

B) O princípio do mínimo existencial poderia ser alegado para fundamentar um possível pleito judicial, pois, apesar de o Estado estar limitado às regras financeiras, ele deve garantir o mínimo possível para uma existência digna e saudável, conforme previsto constitucionalmente nos arts. 1º, inciso III; 3º, inciso III; e 6º, caput, da CRFB/88.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) O direito está previsto em uma norma de eficácia limitada de princípio programático, que depende de lei infraconstitucional para a implementação de programas que efetivem o efetivem (0,35). O art. 23, inciso IX, da CRFB/88, determina ser competência dos entes estatais a promoção de programas de construção de moradias (0,15). Por fim, o princípio da Reserva do Possível determina que o Estado deve agir de acordo com o limite financeiro definido nas leis orçamentárias, já que os recursos são esgotáveis (0,30).	0,00/0,15/0,30/ 0,35/0,45/0,50/ 0,65/0,80	
B) O princípio do mínimo existencial poderia ser alegado para fundamentar um possível pleito judicial, pois, apesar de o Estado estar limitado às regras financeiras, ele deve garantir o mínimo possível para uma existência digna e saudável (0,25), conforme previsto constitucionalmente nos arts. 1º, inciso III; 3º, inciso III; e 6º, caput (0,20).	0,00/0,25/0,45	



Palavra-chave (procure no índice)

HABITAÇÃO / MORADIAS: Art. 23, IX, da CRFB/88 - Programas

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

POBREZA: Art. 3º, III, da CRFB/88 - Erradicação


DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Arts. 6º a 11, da CRFB/88 - Direitos sociais

Questão 3

A) Sim. A existência de dúvida sobre matéria de direito não impede a movimentação do Judiciário pela via de mandado de segurança. Sobre o tema, o STF manifestou-se por meio da Súmula nº 625. Nesse sentido, a exigência de direito líquido e certo para a impetração de mandado de segurança não se refere à inexistência de “controvérsia sobre matéria de direito”, mas à inexistência de controvérsia sobre fatos, que devem ser objeto de pronta comprovação.

B) Sim. A entidade de classe tem legitimidade para impetrar o mandado de segurança, ainda quando a pretensão veiculada diga respeito a apenas a uma parte da respectiva categoria. É o que dispõe a Súmula nº 630 do STF (“A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria”).

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Sim. A exigência de direito líquido e certo para impetração de MS não se refere à certeza em matéria de direito, mas, sim, à ausência de controvérsia sobre os fatos, que devem ser objeto de pronta comprovação (0,65). É o que dispõe a Súmula nº 625 do STF (0,10)	0,00/0,65/0,75	
B) Sim. A entidade de classe tem legitimação para o MS, ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria (0,40), tal qual o entendimento sedimentado na Súmula nº 630 do STF (0,10).	0,00/0,40/0,50	


Palavra-chave (procure no índice)

MANDADO DE SEGURANÇA: (Súm. 101, 248, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 294, 299, 304, 319, 330, 392, 405, 429, 430, 433, 474, 506, 510, 511, 512, 597, 622, 623, 624, **625**, 626, 627, 629, **630**, 631, 632, 701, do STF;)